

Funai encaminha proposta de demarcação de terra ianomâmi

Área de 9,4 milhões de hectares, no Amazonas e em Roraima, está ocupada por 7 mil garimpeiros

DIANA FERNANDES

BRASÍLIA — O ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, receberá hoje proposta da Fundação Nacional do Índio (Funai) para demarcação das terras ianomâmis nos Estados do Amazonas e de Roraima, em uma área de 9,4 milhões de hectares. O ministro terá 30 dias para avaliar a proposta. Para a demarcação imediata das áreas, Jarbas Passarinho, coordenador político do governo, terá ainda duas tarefas: negociar com os funcionários da Funai que estão em greve (excluído do projeto de lei de correção salarial) e conseguir que o Congresso aprove parte dos Crs 2,2 bilhões destinados à demarcação.

A relatora do parecer da Funai, a antropóloga Isa Maria Pacheco Rogedo, apontou como fatores responsáveis pelo processo de miséria e morte dos índios a construção da BR-210 (Manaus—Caracarái) e o Projeto Radam, que divulgou as riquezas da região amazônica, na década de 70.

Pela proposta da Funai, cujo estudo foi iniciado em 1984, as terras ianomâmis a serem demarcadas estão nos municípios de Santa Isabel do Rio Negro (AM) e Boa Vista, Alto Alegre, Mucajaí e Caracarái, em Roraima.

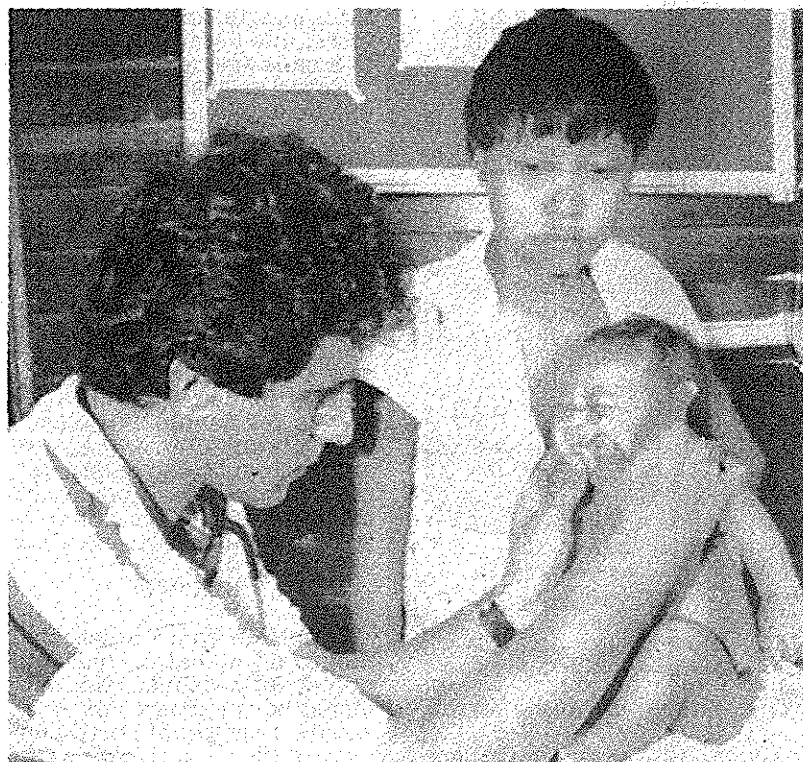
"A nossa proposta coincide com a do presidente Fernando Collor, mas sabemos que o ministro enfrentará muitas pressões de mineradores, garimpeiros e outros grupos econômicos que tiram algum proveito da região", afirmou ontem à Agência Estado o superintendente de Assuntos Fundiários da Funai, José Jaime Mancin. "Ele precisará de muito jogo de cintura para vencer as pressões."

A proposta de demarcação da Funai apresenta quatro fases: retirada dos garimpeiros; ocupação efetiva pela Funai de pontos estratégicos para evitar o retorno dos garimpeiros; demarcação e instalação

de postos de fiscalização e vigilância permanente.

Dizimada pela presença de mais de 7 mil garimpeiros em suas terras, a população ianomâmi está estimada hoje em menos de 10 mil pessoas no Brasil (a maior parte, mais de 12 mil, vive na Venezuela). No parecer entregue à Funai, a antropóloga Isa Maria Rogedo mencionou todas as tentativas anteriores de demarcar as terras ianomâmis, feitas desde 1969, que não tiveram resultado prático e acabaram levando à situação em que se encontram hoje os índios.

"As implicações da ação garimpeira ilegal e não controlada em território indígena têm causado danos de tal monta ao meio ambiente que colocam em risco permanente a sobrevivência daquele povo", concluiu a antropóloga no documento. Segundo Isa Rogedo, depois da invasão maciça dos garimpeiros à região dos ianomâmis, mais de mil índios morreram em conflitos armados e em consequência de doenças infecciosas, como malária e tuberculose.



André Dusek/AF

Saúde precária: índia ianomâmi e seu filho, ambos com malária

Parque nacional foi criado em 1969

A seguir, o histórico das tentativas de demarcar a área ianomâmi.

- 1969: O governo cria o Parque Nacional Ianomâmi.
- 1977/78: Funai delimita 21 áreas para os índios.
- 1982: Ministério do Interior define área de 7,7 milhões de hectares.
- 1984: Grupo de trabalho estabelece área de 9,4 milhões de hectares, denominada Parque Indígena Ianomâmi.
- 1988: Estudo reduz o território tradicional indígena e provoca reações.
- 1990: Funai propõe a criação do Parque Indígena Ianomâmi.
- 1991: Collor determina nova demarcação e revoga decretos que permitam garimpos. Ministério da Justiça interdita por 180 dias a área de 9,4 milhões de hectares.

Há poucos médicos na região

BRASÍLIA — Desde o início do ano o Ministério da Saúde é responsável pela saúde dos índios. Porém somente há dois meses foi iniciado o envio de pessoal e medicamentos para a área dos ianomâmi, em Roraima. Até agora cinco médicos da Fundação Nacional de Saúde, aliados a outros três da região, tentavam cobrir pelo menos 50% da comunidade indígena seriamente afetada pela malária, desnutrição e tuberculose.

O coordenador da Fundação em Roraima, Onerom Phitan, afirma que as condições na região são desfavoráveis. De acordo com seu levantamento cerca de 70% das mortes na região são consequência da malária. Segundo dados do coordenador, 62 índios morreram desde o início do ano.

O vice-presidente da Fundação Nacional de Saúde, Nelson Marques, afirma que já foram enviados à área mais de Crs 90 milhões em medicamentos. O coordenador da Fundação em

Roraima diz que vem fazendo o possível, mas lembra que a locomoção na área é extremamente difícil sem existência de um helicóptero. Além disso, a manutenção de recursos humanos na região é um outro grave problema. "Estamos tentando fazer o possível, mas essa situação precária de saúde dos ianomâmi não é nova", disse. Pitham.

SEM LICITAÇÃO

Nelson Marques, vai até a área ianomâmi na próxima semana. Ele explica que apenas há pouco mais de um mês, quando a nova administração da Fundação assumiu o cargo, foi efetivamente elaborado o projeto de saúde dos ianomâmi, que prevê a construção de hospital geral em Surucucus e mais oito centros de saúde espalhados na área. O projeto está pronto, mas a licitação para construir o centro ainda não foi aberta. Serão aplicados no projeto Crs 1,5 bilhão.